

Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais¹

Jordão Horta Nunes²

Resumo: O objetivo aqui é reconstruir a perspectiva analítica dos movimentos sociais, avaliando sua fecundidade e também suas limitações na pesquisa das novas formas de ação coletiva. Alguns exemplos de aplicação da teoria do *frame* na análise de movimentos sociais na América Latina são comentados. Algumas considerações sobre problemas relacionados à construção da identidade coletiva, requerida na perspectiva interacionista, encerram a argumentação.

Palavras-chave: movimentos sociais, análise do *frame*; interacionismo simbólico, ação coletiva, identidade coletiva.

Frame and collective identity: an interactionist perspective on social movement's analysis

Abstract: *The aim here is to reconstruct the interactionist perspective that analyses social movements, availing its methodological fecundity and also its inadequacies on the research of new collective action configurations. Some examples of frame theory applications on the analysis of social movements in Latin America are*

1 Este artigo tem como ponto de partida comunicações efetuadas em Mesa Redonda sobre contribuições recentes do Interacionismo Simbólico no XV Congresso Brasileiro de Sociologia e no GT “O pluralismo na teoria contemporânea”, durante o 35º Encontro Anual da Anpocs, ambas realizadas em 2011. No entanto, as considerações aqui expressas atualizam, incorporam novos elementos, mas também deixam de incorporar alguns aspectos, dos textos originalmente apresentados.

2 Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - UFG - Goiânia - Brasil - jordao@cienciasociais.ufg.br

commented. Remarks about problems related to the collective identity construction, required by the interactionist perspective, conclude the article.

Keywords: *social movements, frame analysis, Symbolic Interactionism, collective action, collective identity.*

A mobilização coletiva consiste, sem dúvida, na característica que mais identifica um movimento social em suas mais diversas concepções teóricas. Reconhecida e explicada de diversas formas (comportamento coletivo, ação coletiva, redes, ação conjunta ou coordenada etc.), a mobilização coletiva, propondo mudanças e efetivada com algum nível de organização e persistência temporal, intervém na realidade social. Embora diversas reconstruções contemporâneas sobre a caracterização dos movimentos sociais reconheçam o papel ontológico de uma identidade e uma agência coletiva, as teorias dos movimentos sociais são fundamentadas por princípios diferentes, ligados mais à estrutura ou ao macrossocial, à psicologia do comportamento social, à racionalidade estratégica, a dimensões culturais, simbólicas, expressivas ou identitárias. Tem sido comum na literatura o reconhecimento de algumas famílias de teorias sociais, agrupadas em suas características principais: mobilização dos recursos (McCarthy e Zald, 1977), processo político (Tilly, 1975), novos movimentos sociais (Touraine, 1978; Habermas, 1981; Melluci, 1981, 2001), *frame* do protesto (Snow, Benford, 2000; Johnston, Noake, 2005).

No entanto, esses tipos classificatórios guardam tantas distinções internas e, por vezes, podem ser identificados sob várias combinações em suas efetivações empíricas, que se poderia endossar a posição de autores como Melucci (1981) e Castells (2005), que ressaltam a indeterminação do conceito de movimento social. A apreensão teórico-metodológica dos movimentos sociais torna-se ainda mais complexa com a recente intervenção de outros domínios analíticos que têm por objeto transformações identitárias e organizacionais na realidade social contemporânea: sociedade de consumo, sociedade em rede, sociedade de serviços, pós-modernidade, crise das identidades. Longe da ambição de enfrentar os inúmeros desdobramentos do repertório conceitual recente dos movimentos sociais, procura-se aqui desenvolver uma leitura da produção teórica sobre movimentos sociais a partir de uma perspectiva interacionista. Parte-se de um foco metodológico, em nível metateórico, analisando a questão do coletivo, característica inequivocamente comum em toda a produção analítica dos movimentos sociais. A reconstrução do repertório conceitual interacionista, desde a teoria do comportamento coletivo até a teoria do *frame* do protesto e

seus desdobramentos recentes, conduz a valorizar a fecundidade e considerar algumas limitações da perspectiva na orientação e pesquisa de mobilizações sociais, bem como resgatar elementos comuns incorporados em outras perspectivas ou famílias teóricas. Alguns exemplos de aplicação da teoria do *frame* na análise de movimentos sociais na América Latina são comentados, antecedendo as considerações finais.

O coletivo, atributo ontológico e característica primordial dos movimentos sociais, está subjacente a todas as famílias de teorias de movimentos sociais, associado a uma série de termos primitivos: identidade, intencionalidade, ação, consciência coletiva. O problema, clássico na metodologia das ciências sociais, pode ser enunciado da seguinte forma: o comportamento coletivo pode ser explicado pelo comportamento individual? Segundo o individualismo metodológico, fenômenos sociais de larga escala, como mobilizações, insurreições e revoluções devem ser abordados pelas situações, disposições e crenças de indivíduos. Já para os holistas, o comportamento social de indivíduos deveria ser explicado em termos das posições ocupadas ou funções desempenhadas pelos indivíduos no sistema social e das leis que governam esse sistema, consideradas *sui generis* e não derivadas de propriedades ou princípios individualísticos (Cf. Mandelbaum, 1957).

A reivindicação de uma identidade coletiva para o movimento social tem, por um lado, raízes no pensamento sociológico clássico, inequivocamente holista, de Marx (Marx, Engels, 2007) e seguidores como Lukacs (1989), e, por outro lado, de Durkheim (1999, 2000). Uma consciência de classe coletiva, “para si”, é necessária para o movimento revolucionário. Também para Durkheim uma consciência coletiva e solidária é indispensável para a efetivação da coesão e de uma moralidade social compartilhada. Já para Weber o fato de um indivíduo se posicionar numa situação de classe específica não implica uma forma de identidade ou participação na ação coletiva. Os grupos de status também não implicam formas de ação coletiva, embora se tornem conscientes de compartilhar um tipo de identidade coletiva. No entanto, a organização social em termos de uma identidade coletiva só se efetiva no partido político, que envolve associação e está sempre direcionado a metas, de uma forma planejada (Cf. Weber, 1991).

A tradição interacionista, na esteira de G. H. Mead, sustenta uma fundamentação sociopsicológica da construção da identidade coletiva, com base na relação entre mente, *self* e sociedade (*mind, self and society*). O *self*, ou pessoa social, é construído com base em pressuposições, sentidos e estruturas sociais pré-existentes. Interagindo com outras pessoas nas diversas situações sociais, o

self modela, por sua vez, as estruturas sociais, contextos e sentidos emergentes. Sociólogos influenciados pela fenomenologia, como Berger e Luckmann (2004), desenvolveram uma perspectiva construcionista que articula dialeticamente a realidade objetiva e sua apreensão subjetiva, psicológica.

Outras aproximações da psicologia social, como a da teoria das representações sociais, de Moscovici, parecem conceber a identidade coletiva como produto de interações e de estruturas sociais (Cf. Hunt, Benford, 2004). Blumer, em “Comportamento coletivo” (1939), incorpora as contribuições clássicas e o instrumental sociopsicológico para construir uma ideia de identidade coletiva aplicada aos movimentos sociais, ou seja, em instâncias em que o comportamento coletivo dá lugar à ação coletiva: a organização do movimento deve construir um espírito de equipe, a partir de uma liderança reconhecida e pela constituição da consciência do coletivo, mediada por regras e valores associados a um conjunto de expectativas.

Blumer é o autor da mais célebre formulação dos princípios do Interacionismo Simbólico (doravante IS), no ensaio “The methodological position of Symbolic Interactionism” (1969: 1-60): os seres humanos agem com as coisas com base nos sentidos que as coisas apresentam para elas; essas “coisas” incluem tudo que os seres humanos podem perceber no mundo, como objetos físicos, categorias de objetos, instituições, ideais, atividades e situações; o sentido dessas coisas é derivado ou emerge da interação social que temos com nossos semelhantes; esses sentidos são manipulados e modificados por um processo interpretativo usado pela pessoa ao lidar com as coisas que ela encontra (Cf. Nunes, 2005: 25-26). Já há indícios desses princípios epistemológicos no capítulo “Comportamento coletivo”, escrito 30 anos antes para uma coletânea editada por Robert Park. Na teoria blumeriana do comportamento coletivo, o motor de fenômenos sociais coletivos, desde a explosão incontrollável de uma multidão num estádio de futebol até a ação coordenada de movimentos sociais ambientalistas, é um estado de inquietude social (*social unrest*). Blumer vê os movimentos sociais como processos com origem na insatisfação com a forma de vida, de início espontâneos e mal organizados mas que, em seu desenvolvimento, adquirem uma cultura e uma organização social, com regras e valores, uma liderança estabelecida e uma divisão de trabalho duradoura. Quando ocorre uma cristalização desses motivos de insatisfação e uma reorientação do *self* diante de novos anseios e desejos, focalizando e objetivando esse tipo de motivação, estamos diante das condições para a emergência de um movimento social específico, em que a ação coletiva toma o lugar do comportamento coletivo.

Blumer, prefigurando o repertório conceitual do interacionismo simbólico, não se inclina ao individualismo metodológico e privilegia epistemologicamente a situação social, identificando *selves* e papéis sociais em consonância com tipos de situação diferentes. Quando ainda não há consciência da injustiça entre os agentes sociais, cabe ao “agitador” social conduzi-los a questionar seu modo de vida, fazendo emergir a inquietude social. Em situações em que já ocorre o descontentamento, mas há incerteza sobre como agir, o agitador intensifica, libera e orienta as tensões que os agentes já experimentam. Há um perfil de *self* e um tipo de performance adequados ao agitador em cada situação característica (Cf. 1939: 260).

A análise da situação social remete, no interacionismo simbólico, a um processo cognitivo-perceptivo que precede e condiciona a ação social. Segundo William Thomas, “*antes de qualquer ato de comportamento autodeterminado há sempre um estágio de exame e deliberação que podemos chamar de definição da situação*. Na realidade não só os atos concretos são dependentes da definição da situação, mas toda uma conduta de vida e a personalidade do próprio indivíduo derivam, gradualmente, de uma série de tais definições” (1923: 42, destaque do autor). *A situação é vista como manipulável pelos agentes, por meio de estratégias de representação e condução da aparência; os indivíduos e grupos têm um papel ativo na constituição de suas personalidades e posições de status. Por outro lado, sempre que os participantes numa situação social compartilham uma mesma definição, a coordenação é facilitada e isso é fundamental para o êxito dos movimentos sociais.*

Definição da situação e construção da identidade

O recurso metodológico à situação social seria empregando de forma mais *profícua por outros interacionistas, como Goffman (2002) [1964] e Lyman & Scott (1989)*. Influenciados pelo seminal artigo “Situating actions and vocabulary of motives”, de Wright Mills (1940), admitiram a possibilidade de caracterizar linguisticamente uma situação, comparando “vocabulários” associados a determinados tipos de ações contextualizadas. Há exemplos de aplicação da teoria dos vocabulários de motivos na análise de movimentos sociais, como o caso de Robert Benford (1993), que analisou processos de mobilização para recrutamento e participação em movimento social pelo desarmamento nuclear, identificando quatro vocabulários que emergiram da interação entre os ativistas, patrocinadores, simpatizantes e outros significantes: severidade, urgência, eficácia e decência. Essas formas de falar forneceram aos atores razões convincentes para agir em prol do movimento ou de sua organização.

O tema da identidade coletiva, na concepção interacionista dos movimentos sociais, está mais associado à identificação de situações típicas de confronto, de subalternidade ou de depreciação do *self*, em que se efetiva uma definição da situação com potencial capacidade não só de recuperar a autoestima, mas também de orientar a ação coletiva transformadora. A perspectiva interacionista considera o coletivo como um artefato, e nesse sentido aproxima-se do construcionismo social, rejeitando assim qualquer concepção essencialista da identidade, que atribuiria a esta algum atributo fundamental como propriedade única do coletivo de seus membros. A identidade coletiva seria “uma entidade moldada, refabricada e mobilizada de acordo com roteiros culturais e centros de poder” (Cerulo, 1997: 387). Entretanto, tal concepção construcionista social de identidade coletiva foi compartilhada por analistas de movimentos sociais e políticos entre as décadas de 1960 e 1990, que enfatizaram sobretudo as implicações políticas derivadas de construções coletivas de gênero, raça e classe. Análises críticas da naturalização de práticas culturais ou discursivas empregadas na construção de gênero na socialização doméstica, escolar ou pela produção cultural e mantidas como estratégia de discriminação e valorização diferencial surgiram (e.g., Goffman, 1977; Hochschild, Machung, 1989). Apesar de se situarem em tradições diferentes e áreas de conhecimento correlatas às ciências sociais, mantinham em comum a visão do gênero como uma realização interacional, em constante renegociação por meio de trocas linguísticas e performances sociais. Da crítica da dominação passou-se a enfoques propositivos, visando reverter as situações identificadas e construir novas identidades. Um exemplo está no trabalho de Verta Taylor e Nancy Whittier sobre identidade coletiva em mobilizações lésbicas feministas (1992), em que se identificam os seguintes passos desde a situação criticada à mobilização: a) a construção de limites que segregam e diferenciam os grupos não convencionais do coletivo sexual dominante; b) a emergência de uma consciência e de metas compartilhadas entre os grupos sexuais não convencionais; c) processos de politização que valorizam um grupo.

Karen Cerulo, recorrendo a diversos autores, como Melucci, Giddens e Charles Taylor, argumenta que, diferentemente de movimentos política e ideologicamente orientados ou organizados por uma mobilização de recursos em vista de metas pré-definidas, os coletivos movidos pela identidade não têm por finalidade a emancipação ou a liberdade, mas procuram ampliar essa liberdade e lutar pelo direito a uma existência mais significativa, que pode ser objeto da escolha de seus membros. A política de identidade e os novos movimentos sociais sugerem um novo tipo de agência coletiva que, além de controlar e transformar um ambiente social, cujos participantes “conscientemente desenvolvem

ataques e defesas, conscientemente segregam, diferenciam e marcam, cooperam e competem, persuadem e exercem coerção” (1997: 393-394).

A fronteira com a psicologia social, alimentada sobretudo com a teoria de Mead, caracterizou as análises dos movimentos sociais até os anos 1950 e 1960. A teoria da mobilização de recursos (doravante TMR) compartilhava com esta o enfoque micro, embora privilegiasse a racionalidade estratégica em contraposição aos determinantes culturais. As outras duas famílias teóricas adotaram uma perspectiva macrosociológica e histórica e contestavam as explicações economicistas da ação coletiva. As teorias do processo político (TPP), que tem entre seus principais propositores Charles Tilly, enfatizam a “estrutura de oportunidades políticas”, um conjunto de subsídios ou constrangimentos políticos, que favorece ou restringe as possibilidades de escolha. A dimensão explicativa do cultural aparece na adequação entre os repertórios do movimento social, ou seja, entre os tipos de recursos empregados para a ação política (passeatas, listas de assinaturas, declarações públicas, panfletagem, violência direta etc.) e o contexto histórico social. O regime político, no entanto, desponta como o fator que estrutura propriamente o repertório de um movimento social para sua prática de “interação contenciosa” entre desafiantes e detentores do poder.

A TMR e a TPP priorizam a racionalidade da organização e a ação política como fatores explicativos ou motivadores dos movimentos sociais. Valorizando mais o processo de mobilização organizada, os adeptos da TMR tendiam a desconsiderar situações como as que viriam a se tornar comuns na América Latina das décadas de 1970 e 1980, em que camadas muito pobres, carentes de recursos e organizadas precariamente, em contextos de desigualdade social pronunciada e repressão política, produziam formas de resistência social “ocultas” ou “submersas”, incapazes de alcançar objetivos políticos, ainda que inscritas em processos mais abrangentes de transformação cultural. Teóricos adeptos da abordagem dos processos políticos, como Sidney Tarrow, tendiam a analisar a estratégia dos movimentos no contexto do saldo entre riscos-oportunidades para os desafiantes e de apoio-repressão pelas autoridades (1998). Em relação à TPP, embora alguns críticos critiquem a opacidade das teorias que enfatizam as oportunidades políticas em relação a questões de gênero e aspectos culturais e identitários (e.g. Abdulhadi 1998), vários de seus defensores vieram a considerar a cultura como um elemento de um processo político mais amplo, “que incluía maior ênfase a origens sócio-históricas do descontentamento, do protesto e da mobilização” (Edelman, 2001). Assim, há proximidade com o cultural, mas este é dependente, como no caso dos repertórios de mobilização e contensão, do regime político e do contexto histórico-social.

As teorias dos novos movimentos sociais (TNMS) comportam condições epistemológicas mais favoráveis à compatibilidade com as teorias interacionistas dos movimentos sociais, inclusive as teorias do *frame* da ação coletiva ou do protesto. Entretanto, é importante ressaltar a repercussão entre analistas de movimentos sociais na América Latina da proposta de Jean Louis Cohen (1985) para uma “síntese emergente” agrupando propostas analíticas europeias e norte-americanas e valorizando o conceito de sociedade civil. Em artigo recente, Euzenéia Carlos recuperou a crítica efetuada por Cohen e Arato das insuficiências dos paradigmas até então vigentes para a compreensão dos novos movimentos sociais na América Latina:

As escolas norte-americana e europeia de movimentos sociais, ora enfatizando a estratégia dos atores no alcance de seus objetivos, ora a identidade coletiva dos sujeitos na formação do movimento social (Cohen, 1985), impediram a formação de uma visão mais abrangente deste fenômeno social; capaz de elucidar de modo integrado tanto os nexos internos à ação coletiva quanto a relação dos participantes com atores político-institucionais, como o Estado e o sistema político mais geral. (Carlos, 2011)

No que concerne às teorias europeias dos NMS, acata-se aqui, inicialmente, a posição de Angela Alonso (2009), admitindo que as teorias dos novos movimentos sociais, embora não evidenciem uma coesão suficiente para serem consideradas escolas, do ponto de vista metodológico, compartilham “um ar de família” entre seus principais teóricos: Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci. Os “velhos” movimentos privilegiam a classe social como principal categoria analítica; os novos movimentos sociais emergem da crise da modernidade e têm origem em disputas envolvendo recursos culturais, simbólicos e informacionais e da reivindicação de direitos sobre a especificidade e a diferença. Seus objetivos não são inteiramente realizáveis pela mediação política e também não há o interesse pela tomada do poder ou pelo controle do Estado.

Habermas, entre os principais autores das TNMS, desponta como o que teve maior influência da escola interacionista. Considerando analiticamente os processos sociais em termos de mudanças de linguagem, Habermas demarca seu interesse sobre uma problemática, muito presente no interacionismo simbólico, que viria a desenvolver em profundidade em *A teoria da ação comunicativa*: quais são as estruturas e regras básicas que todos devem dominar para aprender uma língua e se relacionar com o mundo, com outras pessoas, levando em conta intenções, desejos e sentimentos? (Habermas, 1984, 1987).

A teoria do *frame* influenciou significativamente na metodologia de pesquisa sobre os movimentos sociais, a partir dos anos 1980. Em *Frame Analysis* (1974), Goffman considera o *frame* como um quadro que organiza a percepção e a experiência e que constrange a interpretação, constituindo também uma condição necessária para sua existência. Existe sempre uma ação subjacente ao *frame* e que não é definida ou estruturada unicamente pelo seu objeto, mas também por técnicas que são socialmente reconhecidas, ou seja, por um contexto de uso. O enquadramento (*framing*) exige técnica e arte, é um artifício, ou artefato, que condiciona a percepção e a experiência. O construto do *frame* traz várias vantagens à análise dos movimentos sociais, por constituir uma perspectiva que permite articular posições epistemológicas outrora dispostas dicotomicamente, como criador e obra, produção e recepção, plateia e palco, ativista e potencial ativista a ser recrutado.

O *frame* do protesto

Em meados dos anos 1980 Snow e Benford (1986) criticaram a “visão estática da participação” nas teorias sobre os movimentos sociais, encontrando na análise do *frame* elementos para identificar os fatores que contribuem para o sucesso dos movimentos. O modo em que um movimento social enquadra um problema é um dos indicadores da sua tendência para formar a opinião pública. Os *frames* servem como “andaimes conceituais” para a construção de novas ideologias ou para modificar as atualmente existentes. Portanto, o estudo dos obstáculos que limitam o potencial desenvolvimento de *frames* num dado contexto social transforma-se em estratégia político-ideológica (Nunes, 2004).

David Snow reconstrói o esquema conceitual do interacionismo simbólico e identifica o princípio de simbolização como foco principal da perspectiva, considerando o conceito de *frame* como a “ilustração e a amplificação concreta do modo pelo qual o sentido e a simbolização podem ser culturalmente impetrados e incorporados” (2001: 371). Para o movimento social interessa saber quais tipos de contextos e processos sociais, formas organizacionais ou relações facilitam ou retardam a fixação dos sentidos, ou tornam as simbolizações justificadas e rotineiras, até que se incorporem nos *habitus*, na acepção de Bourdieu, ou nas estruturas primárias (*primary framework*) do *frame*, no dizer de Goffman. Uma das funções mais constitutivas dos movimentos sociais é, afirma Snow, estipular “*frames* novos ou alternativos de queixas e infortúnios reconhecidos, transformando-os em injustiças ou transgressões morais” (2001: 372).

David Snow e Robert Benford tiveram experiência prática nos frames que analisaram ou de que participaram. Foram pioneiros na identificação das funções que um quadro da ação coletiva deve desempenhar, criando um esquema conceitual que já transcendeu o contexto acadêmico e figura na agenda prática dos movimentos sociais. A construção de um quadro da percepção aos potenciais afiliados ao movimento deve conter (Snow & Benford, 1988): o enquadramento diagnóstico, em que se apresenta uma nova interpretação dos assuntos ou eventos, com a intenção de mobilizar para a ação; o enquadramento prognóstico, apresentando uma solução ao problema diagnosticado; o enquadramento motivacional, em que se tenta prover uma razão ou motivo para agir conjuntamente.

O emprego metodológico da teoria do *frame* à análise e organização de movimentos sociais é bastante profícuo. No próprio *Frame Analysis* já há elementos que, empregados em nível metateórico, apresentam grande potencial heurístico na extensão de diversas teorias existentes sobre movimentos sociais. O primeiro deles é a propriedade de transformação dos quadros. As transformações em quadros são de dois tipos: modulações (*keyings*) ou fabricações (*fabrications*). Realizamos uma modulação¹ no quadro quando “organizamos a experiência em termos de outro domínio (universo de significado sustentado por uma atividade) da experiência vivida, conhecendo apenas o que está envolvido, ou quando criamos outros domínios para nós mesmos ou ainda subvertemos a credibilidade de um domínio para outros” (Nunes, 2004: 158-159). No *frame* da ação coletiva, uma petição coletiva pode ser realizada da forma tradicional, por lista de assinaturas em papel, mas também por mensagens de correio eletrônico ou chamadas telefônicas.

O quadro conceitual das teorias clássicas da comunicação, baseado na tríade emissor-mensagem-receptor, seria insuficiente para analisar comunicações mediadas por artefatos eletrônicos (telefone, celular, teletransmissão etc.) ou por computadores. O modelo do *self* como falante na comunicação, ainda que elaborado por Goffman numa época em que a telemática ainda estava no horizonte, contribuiu significativamente para a análise do quadro da ação coletiva. Na teoria do *frame* de Goffman, o *self* como falante divide-se em quatro entidades diferentes: *responsável*, *estrategista*, *animador* e *figura* (cf. Goffman, 1974: 5). Numa conversação normal, o próprio falante pode incorporar as quatro entidades, embora em muitos casos não o faça. Apresenta-se

1 Goffman faz aqui uma analogia entre as transformações em quadros da percepção e as mudanças de tonalidade na música. Para uma análise das analogias e do “modelo do estúdio” que Goffman constrói para explicar as transformações nos *frames*, consultar Nunes (2004, p. 175-180).

abaixo, para ilustrar o modelo, um trecho de mensagem enviada por correio eletrônico pela rede ativista Avaaz, em uma de suas campanhas, no dia 7 de maio de 2012:

Há alguns dias, o Congresso aprovou um projeto de lei catastrófico que vai devastar nossas florestas, da Amazônia à Mata Atlântica. Agora, **somente a presidenta Dilma pode barrar essa lei.** Ela está sob pressão para vetá-la, mas cabe a nós aumentar essa pressão e levá-la até o limite. **Não temos tempo a perder. Clique para salvar a Amazônia e compartilhe essa petição.** [Destaques no original]

No mensagem original o texto reproduzido figura num quadro à direita de um texto explicativo mais extenso, como uma chamada jornalística em destaque com o conteúdo essencial acompanhada de uma contextualização factual informativa e argumentativa, mas também com apelo emotivo, de uma identificação de atos contenciosos e de seus protagonistas, bem como da justificação da intervenção, mediante a apresentação de uma petição representativa da sociedade civil. No quadro em destaque o discurso indireto é utilizado em duas sentenças que remetem à aprovação de um projeto de lei com efeitos danosos à preservação do ambiente pelo Congresso e o veto da presidenta Dilma que poderia barrar essa lei. O texto explicativo à esquerda do quadro relaciona o “efeito perverso” do projeto de lei a madeireiros e fazendeiros, que, respaldados pela lei, obteriam a “carta branca para desmatar enormes faixas de nossas preciosas florestas, da Amazônia à Mata Atlântica”. Entretanto, a ação da presidente Dilma ao vetar o projeto não poderia ser relacionada diretamente a suas motivações e figurar como exclusivamente de sua responsabilidade, já que a aproximação entre o executivo e esse tipo de ação contenciosa poderia afastar vários ativistas de apoiar a petição, pois ainda é forte a concepção dos movimentos sociais como ligados à sociedade civil e com autonomia, pelo menos em grau considerável, do Estado. Assim, o envolvimento motivacional direto da presidenta com a causa ambientalista é afastado quando se acrescenta:

O universo está conspirando a nosso favor. Em algumas semanas, Dilma será anfitriã da maior conferência ambiental do mundo. Informantes nos disseram que **ela não aceita pagar o preço de ser considerada a líder que aprovou a devastação da Amazônia.** Dezenas de pessoas já foram assassinadas por serem contra o desmatamento – agora é a nossa vez de fazer pressão e forçar Dilma a escolher a opção do veto. [Destaque no original]

O contrafactual de sua omissão a vetar a lei conduziria Dilma a um constrangimento em seus futuros encontros com representantes estrangeiros na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012. Qualquer possível motivação individual pela causa por parte da presidenta fica eclipsada nesse tipo de argumentação, que atribui a responsabilidade pelo veto e seu mérito à iniciativa da sociedade civil, mediante a campanha promovida pela Avaaz. Não são os congressistas ou parlamentares que “conspiram em nosso favor”, pela causa ambientalista, mas “o universo”, ou seja, uma contingência externa, a realização de uma conferência internacional em que o Brasil seria desacreditado caso não houvesse pelo menos a rediscussão do projeto em seus termos mais polêmicos.

A campanha envolveu uma segunda mensagem, enviada em 14 de maio, praticamente reproduzindo a mesma argumentação, mas acrescentando o seguinte texto no início da mensagem: “Obrigado por ser um dos 1,6 milhão de pessoas que assinaram a petição para salvar a Amazônia! Entretanto, nós temos uma emergência – *clique aqui* e faça um telefonema para a Presidência da República agora e encaminhe o email abaixo para amigos e familiares e nos ajude a alcançar 2 milhões de assinaturas!”. Esse tipo de estratégia, que é empregado em diversas campanhas da Avaaz em muitos países e que se pode considerar já convencionalizado no repertório das redes de ativismo globais, motiva o virtual apoiador da campanha a efetivar uma comunicação que, embora tecnicamente mediada por telefone, implica um efeito físico e simbólico muito maior do que, por exemplo, uma petição assinada, ainda que a chamada não seja atendida diretamente pela interlocutora desejada. Em geral as primeiras mensagens solicitam a adesão a uma petição a ser enviada a um membro do executivo nacional, geralmente um presidente ou primeiro-ministro. Depois são enviadas mensagens solicitando uma ação mais direta. Embora, no caso de campanhas realizadas pela Avaaz no Brasil, as mensagens estejam em nome de “Ben, Graziela, Alice, Ricken [presidente da Avaaz, cuja sede é nos Estados Unidos], Rewan e toda a equipe da Avaaz”, pode-se conjecturar que eles sejam, mais propriamente, “animadores” de um texto em que a responsabilidade autoral não possa ser creditada totalmente a um ou a todos eles. Esse texto já faz parte de um “repertório” da ação coletiva em redes ativistas globais, em que muitas outras pessoas trabalharam como “estrategistas”, disponibilizando, inclusive, na própria mensagem, um vocabulário de motivos adequado para uma educada (pelo menos nessa fase da campanha), ainda que direta, franca e justificada, declaração de oposição à construção da obra. Na campanha “Veta Dilma” o leitor que clicava no link para telefonar à presidenta Dilma, encontrava as seguintes instruções:

Algumas sugestões do que dizer:

- Enquanto brasileiro, eu exijo que V. Ex.^a veto o novo Código Florestal aprovado recentemente pelo Congresso Nacional.
- A Amazônia e todas as florestas preciosas do Brasil estão ameaçadas por essa lei.
- Ao passo em que nos aproximamos da Rio+20, o mundo quer que V. Ex.^a mostre verdadeira liderança global e use o veto para essa lei catastrófica.
- 79% de nós brasileiros somos contra o novo Código Florestal – veto agora.
- Medidas mais fortes devem ser tomadas urgentemente para proteger os ativistas ambientais e prevenir mais assassinatos.

Por favor tenha em mente que a maioria dos escritórios de governo têm horário de funcionamento entre 9am e 6pm [sic]. *Lembre-se de ser polido, pois seremos mais convincentes se formos cortezes [sic] e moderados!*

Se continuarmos a análise empregando o esquema goffmaniano das entidades do *self* veremos que a estratégia emprega dois *frames* comunicacionais: o e-mail e o telefone. O vocabulário de motivos que constituem as “figuras” nos dois tipos de comunicação é praticamente o mesmo nos dois *frames*, ou seja, frases que relacionam consequências políticas, econômicas, sociais ou ambientais à aprovação de um Código Florestal que não respeita as diretrizes de um desenvolvimento econômico sustentável como causa. Entretanto, quando as consideramos no contexto mais abstrato de um *frame* da ação coletiva, ou do protesto (Cf. Jonston, Nokes, 2005), ocorre uma modulação, uma transformação do quadro, quando se faz a mesma solicitação de apoio diretamente à presidente Dilma, por telefone. Na “figura” do e-mail as proposições sociais, políticas, econômicas ou ambientais estão articuladas. No entanto, ao remeter o potencial colaborador a uma *homepage* que contém informações sobre como telefonar à presidenta, a organização da Avaaz emprega um hiperlink que desloca o leitor do âmbito considerado privado do e-mail para o de uma *homepage*, outro recurso de comunicação mediada por computador, com mais recursos imagéticos. Nesse novo *frame* o leitor tem, no setor superior esquerdo, uma imagem representativa da campanha (no caso uma foto de uma floresta sendo devastada, supostamente na Amazônia) acima de um contador eletrônico, que registra on-line, em grandes algarismos coloridos, o número de pessoas que estão se associando à campanha, enviando petições, em tempo real. No lado esquerdo são colocadas as instruções para a comunicação por telefone, empregando a estratégia operacional, mas também efetivamente simbólica, de separar essas

proposições que, no entanto, estão articuladas ao *self* de cada interlocutor, que pode acatar a(s) que reconhece e valoriza mais. Em outras palavras, o leitor tem à sua disposição diversas motivações que o levariam a apoiar a causa da campanha, argumentativa e factualmente associadas ao conteúdo do Código Florestal e à ação de vetá-lo, bastando tomar essa decisão e efetivá-la, do lugar onde está, já que a transmissão pode ocorrer inclusive a partir de internet móvel, tecnologia em rápida expansão, inclusive no Brasil.

A campanha “Veta Dilma” registrou uma participação impactante, sendo entregue, no dia 24 de maio de 2012, uma petição com mais de 1,9 milhão assinaturas à presidência, das quais, segundo afirmou o diretor da campanha no Brasil, Pedro Abramovay, apenas 300 mil enviadas por brasileiros. No dia seguinte o governo, por decisão da presidenta, vetou 12 pontos do Código, inclusive todo o artigo 61, que, na versão proposta pela Câmara, anistiava desmatamentos ilegais feitos em área de preservação permanente. O sucesso estrondoso da campanha no Brasil ilustra a aplicação de um *frame* de mobilização coletiva, construído pela transformação consecutiva e integrada de outros *frames* de interações comuns ou mediadas por computador, aplicável principalmente para pressionar líderes políticos no mundo globalizado. O mesmo *frame* tem sido empregado, com surpreendente replicação dos argumentos, construções simbólicas e dispositivos de animação visual eletrônica para mobilizar o envio de petições de telefonemas para lideranças em diversos países, como Obama nos Estados Unidos (e.g., contra a exploração energética de areias betuminosas), Sarkozy na França (o escândalo de Karachi), Kirchner na Argentina (após o acidente metroviário na estação Onze em Buenos Aires), além de muitas outras.

Porém, este exercício de adequar o esquema de Goffman é apenas reconstrutivo para este contexto, pois o quadro conceitual do *frame* do protesto, um desdobramento emergente da análise interacionista dos movimentos sociais, nos levaria a interpretar a estratégia ativista que vimos tomando como exemplo como uma instância de alinhamento do *frame* (*frame alignment*). Snow e Benford conceituaram o alinhamento do *frame* como a associação de orientações interpretativas do indivíduo e do movimento social, de forma que algum conjunto de interesses, valores, crenças e atividades individuais e as atividades, metas e a ideologia da organização do movimento social sejam congruentes e complementares (1986: 464). No entanto, o *frame* da ação coletiva não apenas orienta crenças e sentidos que inspiram e legitimam as atividades e campanhas organizadas pelo movimento social, como querem as vertentes mais construcionistas das teorias de movimentos sociais, mas também constitui os próprios resultados desses significados compartilhados e em negociação (Cf.

Snow, Benford, 2000). Os autores, na esteira de Goffman, empregam diversas metáforas e analogias para identificar e caracterizar os processos de alinhamento no *frame* de protesto: fazer uma ponte (*bridging*), amplificação, extensão e transformação.

A “construção de pontes” compreende interligar diferentes *frames* que sejam ideologicamente congruentes, mas estejam estruturalmente desconectados em relação a determinado problema. As redes de ativismo global, como a do exemplo aqui utilizado, efetivam intensivamente o *bridging*, principalmente por difusão em redes sociais virtuais, mas também por telefone, pela grande imprensa e até por formas tradicionais de comunicação, como panfletos, folderes e correio.

A amplificação consiste em intensificar, esclarecer, estetizar ou revigorar crenças e valores existentes, pois os sentidos dos eventos e coisas que competem à questão social fundadora ficam em geral submersos pela indiferença, pela manipulação ideológica ou intencional por certos grupos. Entre os valores mais amplificados pelas organizações de movimentos sociais, estão a justiça, a igualdade, a solidariedade, a liberdade, a fraternidade etc. A amplificação é usada com mais ênfase na organização de movimentos que foram ou são estigmatizados porque seus valores confrontam crenças e valores dominantes. Os movimentos antipublicidade, por exemplo, amplificam os valores da esfera privada e da intimidade, tradicionalmente conservadores, para combater invasões da privacidade por venda de produtos via call-centers, spams, outdoors apelativos, manipulação, propaganda enganosa, violência simbólica etc. Com base em motivações crítico-libertárias, mas também tradicionais ou religiosas, tais movimentos “modulam” o conteúdo de anúncios e práticas e anúncios publicitários, articulando-os ironicamente a outros contextos e esvaziando seu potencial de promoção de produtos, valores ou atitudes.

O alinhamento por extensão requer que se ampliem os principais interesses na organização de um movimento social, incluindo aspectos e assuntos considerados como importantes para potenciais partidários. Alguns movimentos ambientalistas, por exemplo, empregaram bandas de rock ou música étnica, organizando concertos e outros eventos para mobilizar a opinião pública e atrair partidários. No Brasil há significativos exemplos similares de extensão, mas com estrutura primária em movimentos culturais religiosos, como os ministérios de música do movimento de renovação carismática, ligados à Igreja Católica, e os ministérios de louvor e o gospel evangélico, ligado a igrejas da linha neopentecostal.

Snow e Benford, certamente inspirados nas metáforas sonoras empregadas por Goffman para explicar as laminações sucessivas do *frame* e sua ancoragem

na estrutura primária (Cf. Goffman: 247-300; Nunes, 2004: 102-106), criaram o conceito de ressonância, relacionado à efetividade do *frame*, ou seja, sua capacidade de sucesso para resolver as situações e dilemas sociais que conduziram à sua organização. As situações de dominação, injustiça ou subalternidade experienciadas pelos agentes devem se tornar reconhecíveis, de alguma forma, no *frame* construído, conferindo credibilidade ao *frame*. É preciso, portanto, associar marcadores empiricamente identificáveis a três variáveis que importam na ressonância de um *frame*: os produtores ou empreendedores de um *frame*, a audiência-alvo, receptora do *frame* e o conteúdo esquemático do próprio *frame*. Como a construção do *frame* é uma atividade prática e analítica, evidencia-se a importância metodológica do construto de ressonância e das variáveis a este associadas, são cruciais para o desenvolvimento e manutenção dessa perspectiva, bem como sua avaliação diante de outras famílias teóricas, como a da mobilização de recursos, do processo político e a de novos movimentos sociais. Noakes e Johnston, reconhecendo a ausência de suporte empírico para o número de distinções conceituais que a formulação inicial de Snow e Benford a respeito da ressonância comportava, reformularam o quadro conceitual. Em relação aos produtores do *frame*, importam três fatores: credibilidade (organização, credenciais e expertise); autoridade carismática (qualidades pessoais de um líder); orientação estratégica (marketing). Sobre a audiência-alvo, são relevantes as orientações ideológicas (para alinhamento por construção de pontes) e as orientações demográfica, atitudinal e moral (para alinhamento por extensão e transformação do *frame*). Finalmente, no que compete às qualidades, ou ao conteúdo de um *frame*, importam a compatibilidade cultural (*slogans*, fidelidade narrativa, necessários para alinhamento por amplificação), a consistência do *frame* e sua relevância, sendo que esta inclui a credibilidade empírica e a comensurabilidade de experiências.

Os alinhamentos de *frames* por transformação, que se evidenciam por um processo estratégico em que o velho quadro da percepção e suas crenças discrepantes são reenquadrados para dar lugar a novos sentidos, estilos de vida e quadros interpretativos, são muito importantes na perspectiva do *frame*. No entanto, conforme Snow e Benford, ainda é insuficiente a documentação empírica de sua realização na agenda dos movimentos sociais (Cf. Snow, Benford, 2000).

Se, por um lado, as variáveis supostamente relacionadas a um *frame* se distribuem em domínios e até áreas de conhecimento diferentes, quando se avalia a sua efetividade, permanece a ideia de um ou poucos motivos agregadores, de certa forma reminiscentes da característica de “inquietude social” que Blumer atribuía constitutivamente aos movimentos sociais. Nas teorias do *frame* da

ação coletiva ou do protesto, há o conceito de “quadros mestres” (*master frames*), que “estão para os movimentos de ação coletiva específicos assim como os paradigmas estão para as teorias finalizadas”, segundo Snow e Benford (1992). Entretanto, poucos *frames* de protesto foram considerados como suficientemente amplos em termos de abrangência interpretativa, flexibilidade e ressonância cultural para operar como quadros mestres. Pode-se considerar, se nos pautarmos no caso brasileiro, que os *frames* de direitos sociais, de injustiça e de direitos ambientais atenderiam a esses requisitos.

O *frame* como perspectiva interpretativa de movimentos sociais na América Latina

A literatura sobre movimentos sociais na América Latina foi bastante fertilizada pelos diversos tipos de movimentos que aqui ocorreram principalmente a partir da segunda metade do século XX, em resposta “ao autoritarismo militar, a intervenções estrangeiras, à indignação das massas e à aproximação mal concebida das chamadas políticas de ‘desenvolvimento econômico e social’ impostas pelos países ricos e incentivadas por oligarquias locais” (Fals Borda, 1992: 303). A partir do final dos anos 1970, com o retorno à democracia em diversos países da América do Sul, emergem também os novos movimentos, como os feminismos, camponeses sem-terra, homossexuais, indígenas, populares urbanos, ambientalistas, os de comunidades religiosas e os ciberativistas.

Algumas coletâneas organizadas (Escobar, Alvarez, 1992; Alvarez, Dagnino, Escobar, 1998, 2000; Slater, 1985) marcaram a produção científica sobre movimentos sociais na América Latina nas décadas de 1980 e 1990. Houve uma inclinação mais pronunciada, pelos intelectuais latino-americanos, à produção europeia sobre movimentos sociais, por diversas razões, como a vinda de Touraine para o Chile, a partir do final dos anos 1950, e seu contato com sociólogos latino-americanos na década de 1970, como Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso. Houve também um sentimento de rejeição à produção estadunidense por intelectuais latino-americanos de países que experimentaram a interferência dos Estados Unidos na articulação de golpes militares que reprimiram manifestações coletivas populares, praticamente inviabilizando o emprego de teorias como a TMR e a TPP.

O conteúdo dessas coletâneas sobre movimentos sociais na América Latina é muito diversificado, abrangendo desde as transformações do Estado diante das novas mobilizações sociais até a cibercultura e as comunidades eclesiais de bases. No entanto, há uma ênfase geral no conceito de política cultural e concordância em que “na América Latina de hoje, todos os movimentos sociais põem

em prática uma política cultural” (Alvarez, Dagnino, Escobar, 2000: 22), desde os “velhos”, como os de camponeses e os urbanos de bairros, mais voltados a lutas por necessidades e recursos, até os “novos”, em que a identidade é importante e há preocupação com novas formas de fazer política, como nos movimentos indígenas, étnicos, femininos, ambientais e de direitos humanos. Mais do que a política da representação cultural, cuja base empírica são as formas de representação textual (textos publicados em diversos meios, produções em áudio e vídeo etc.), analisa-se o “resultado de articulações discursivas que se originam em práticas culturais existentes – nunca puras, sempre híbridas, mas apesar disso, mostrando contrastes significativos em relação às culturas dominantes – e no contexto de determinadas condições históricas” (idem, ibidem: 25).

A postura analítica da política cultural nos movimentos sociais da América Latina, mais referendada por antropólogos(as), aproxima-se do enfoque interacionista do *frame* quando aborda movimentos que reivindicam com base em práticas culturais. Poderíamos lembrar, nesse sentido, o movimento *Nueva Canción Chilena* nas décadas de 1960 e 1970 ou, em época mais recente, a atuação de grupos culturais negros como o Olodum em Salvador ou o Afro Reggae no Rio de Janeiro. Cunha (2000), que analisou as “políticas de identidade” do Grupo Cultural Afro Reggae, compara a estratégia de mobilização, que incluía a incorporação musical de gêneros internacionais, como o reggae e o rap, em práticas de formação cultural, com início na edição do jornal *Afro Reggae Notícias*, em 1993. A autora ressalta a diversidade interna do grupo, que incluía profissionais de nível médio, estudantes de pós-graduação, até profissionais de nível superior, como um jornalista e um dentista. Embora se autodenominassem “negros”, adotavam diversas referências culturais e territoriais para constituir suas identidades, ou seja, não havia uma uniformidade entre o binômio raça/classe que pautava sua construção identitária e suas formas de autopercepção. A valorização de certas bases da identidade étnica negra, como a do dialeto nagô/iorubá, bem como de sua conversão em reivindicações relacionadas a políticas públicas, como as de reparação ou de ação afirmativa, perdem terreno para as relações interpessoais num contexto prático em que a miscigenação é um fato, a comunicação em redes sociais se expande e os valores simbólicos coletivos rivalizam com as formas de reconhecimento subjetivo. A autora ressalta, remetendo à posição de Craig Calhoun sobre a política de identidade, primeiramente a substituição de um discurso militante de conscientização pela noção de identidade, “que passa a integrar perspectivas subjetivas sob um arranjo coletivizante” (Cunha, 2000: 370). O tipo de intervenção impetrada foi recontextualizado com base numa noção de “cidadania”, em que se valorizam atividades que propiciem

autoestima, oportunidades culturais e educacionais, além do acesso a alguma experiência ocupacional no mercado de trabalho, diminuindo a clivagem social e cultural entre os moradores das favelas e os de regiões urbanas mais valorizadas e também obstaculizando a criminalidade e a marginalização em virtude das oportunidades culturais, recreativas ou profissionais engendradas.

Embora não haja, pelo menos até o momento, trabalhos que tenham analisado movimentos culturais negros no Brasil privilegiando a perspectiva do *frame*, é possível considerar que o processo de “conversão” para práticas de valorização cultural e resgate da cidadania, realizado por organizações não-governamentais em populações carentes, como as realizadas pelo Olodum, em Salvador, seriam bem explicadas pela transformação do *frame* tradicional de movimentos culturais negros, que valoriza práticas culturais ligadas a raízes culturais africanas e à manutenção de uma identidade coletiva unitária, para o *master frame* dos direitos humanos ou da pluralidade cultural, num contexto de valorização igualitária resguardado por políticas públicas e fiscalizado por associações ou ONGs. A argumentação se deslocaria para a ressonância do novo *frame* cultural, ou seja, para o conjunto de práticas ou representações culturais que se relacione às múltiplas situações da vida cotidiana vivenciadas por seus possíveis integrantes.

A perspectiva do *frame*, mais pautada no domínio cognitivo-perceptivo, não seria contraditória à valorização da política cultural ou das oportunidades políticas, mas complementar a estas, facilitando a percepção e identificação de quadros culturais preexistentes, oriundos da tradição, mas já transformados pela indústria cultural ou por políticas de dominação ou exclusão, para a construção de novos quadros adequados a competências comunicativas trazidas pela hibridação ou a serem construídas mediante negociação com representantes da própria sociedade civil ou do Estado. As palavras de Chico César, músico popular com atuação na Secretaria da Cultura no estado da Paraíba, em uma de suas canções, exemplificam bem as novas situações sociais que ilustram a transformação tradicional do *frame* de mobilização pela cultura negra: “Mama África/ A minha mãe/ É mãe solteira/ E tem que/ Fazer mamadeira/ Todo dia/ Além de trabalhar/ Como empacotadeira/ Nas Casas Bahia/ Deve ser legal/ Ser negão no Senegal.../ Quando Mama sai de casa/ Seus filhos de olodunzam/ Rola o maior jazz/ Mama tem calo nos pés/ Mama precisa de paz...”. “Mama Africa” também é título de um reggae composto por Peter Tosh, cantor e militante jamaicano, em que ele denuncia o esquecimento do continente negro, ancestral de todas as culturas, que estaria fora de nossa vista e deveria ser recriado na prática cultural: “*There’s so many things about you/ Wondering where you are/ They try their best to hide you Mama/ But I search and I find you/ In you there’s so much beauty/ In you there’s so much life/ In you there’s*

so many kingdoms/ To me it's out of sight". Na canção de Chico César permanece a forma musical do reggae e a evocação da identidade negra, mas incorporando outros instrumentos e elementos rítmicos, principalmente do maracatu. No entanto, a letra conduz não mais para a valorização idílica de raízes ancestrais deslocadas pela dominação cultural, mas ao trabalho de construção de uma nova identidade, que se renova diante de novas situações que demandam redefinições que não se limitam ao plano definitivo ou cognitivo, mas se tornam "vocabulários de motivos" que orientam as pessoas em contextos de enfrentamento.

O uso estratégico do *frame* cultural em mobilizações sociais pode ser bem ilustrado com a criação do *Superbarrio* (Superbairro), um personagem ativista que atuou na cidade do México em movimentos urbanos desde a década de 1980. Vivienne Bennett comenta o surgimento de *Superbarrio* no contexto de realizações da Assembleia de Bairros, constituída na cidade do México em 1987 e voltada a resolver os problemas de habitação na populosa capital, exacerbados pelo terremoto ocorrido em 1985, que desalojou dezenas de milhares de famílias de seus locais de moradia. A Assembleia procurava resolver de forma coletiva os problemas de realocação, que seriam tratados caso a caso pela administração local. A criação de um personagem vestido com roupas de super-herói e mascarado, de identidade oculta, que se apresentava em eventos públicos, reuniões da Assembleia e contatos com os governo conferiu à organização um reconhecimento em nível local, nacional e até internacional: "O bairro estava em constante crise no México e, assim, um super-herói surgia e era quem poderia intervir para garantir que os juristas atendessem as necessidades do povo. E ainda porque a história do México não é material para história em quadrinhos, é mais importante reconhecer que as próprias pessoas tenham engendrado um representante invencível" (1992: 254). O comentário da autora não leva em conta a construção de um *frame* para explicar o sucesso do personagem no movimento urbano, apesar de sinalizar uma crítica irônica às autoridades locais. Entretanto, o recurso às teorias do *frame* do protesto conduz a uma compreensão mais rica da atuação do movimento.

Superbarrio era um personagem inspirado, por um lado, no repertório cultural da luta livre no México e, sob outro aspecto, nos personagens de histórias em quadrinhos, os *comic books* surgidos nos Estados Unidos. A *lucha libre* era um espetáculo bastante popular no México e em alguns países latino-americanos, inclusive o Brasil. Era praticada profissionalmente desde as primeiras décadas do século XX. Os lutadores se exibiam em praças e locais públicos, além de ginásios cobertos. A prática se tornou incrivelmente popular no México e os lutadores, que em geral lutavam com máscaras coloridas, tornavam-se famosos e respeitados. Há um caráter dramático na luta livre, em clara analogia com

situações de enfrentamento na vida comum. Um deles encarna o bem, luta de acordo com as regras, é muito ágil e surpreende os espectadores com inúmeros golpes acrobáticos, como tesouras e voadoras. Outro encarna a luta desleal, aplicando golpes baixos, cotoveladas e até objetos pontiagudos ou soqueiras de forma dissimulada. O juiz muitas vezes se comporta de forma ambígua, ignorando as faltas dos lutadores ou claramente protegendo o “vilão”. Os golpes desleais e perigosos são, no entanto, evidentemente encenados.

A imagem do Superbarrio surgiu como resultado de uma dramatização estratégica de emoções derivadas de episódios de injustiça e menosprezo, em narrativas de exploração abusiva dos proprietários de imóveis diante das carências dos inquilinos, agravadas com o terremoto. O personagem atraía a atenção dos jornalistas, que a ele se dirigiam para ouvir as reivindicações de seus protegidos. Nesse aspecto a pessoa que inspirou o típico Dom Quixote das periferias, um herói com barriga proeminente e sem músculos definidos, com as pernas tortas, foi o lutador El Santo. Rodolfo Guzmán Huerta, que passou a adotar o cognome de El Santo em 1942, fez um acordo com um empresário para produzir uma série em quadrinhos empregando uma técnica inovadora de colagem e fotocomposição, inspirada nos *comics* estadunidenses e nas fotonovelas populares na época. O primeiro número da revista *Santo*, lançado em 1952, inaugurava as aventuras do herói popular, que ajudava as pessoas indefesas do bairro de Santa Cruz, o “mascarado de prata”, enfrentando o mal, primeiramente na forma de bandidos comuns, mas em fases subsequentes da revista, entidades imaginárias e fantásticas. (Cf. <http://www.kingdomcomics.org/historietas.html>). Assim, o *frame* do ativista dos movimentos urbanos, o mascarado defensor dos desalojados, resultou de uma complexa *bricolage* de quadros culturais.

Jorge Cadena-Roa, sociólogo mexicano, analisou a atuação de Superbarrio na Assembleia de Bairros da cidade do México empregando elementos da teorias do *frame* do protesto, mas também do processo político. No entanto, a novidade da análise de Cadena-Roa não está propriamente nessa síntese de famílias teóricas, mas no destaque ao papel das emoções nas performances empregadas em *frames* de protesto. O primeiro ativista que interpretou Superbarrio não falava, não se comunicava com o público. Já o segundo Superbarrio criava histórias bizarras sobre sua origem e missão. Atuando no *frame* da luta livre, Superbarrio remete muito mais ao picaresco do que aos super-heróis dos *comics*. Contudo, ao criar histórias fictícias e até absurdas que amplificam sentimentos de identificação ou repulsa, o personagem emprega uma das formas de falar que David e Snow identificaram, no final da década de 1980, quando pesquisaram as estratégias de valorização discursiva do *self* empregadas por desabrigados e

peças em situação de rua na cidade de Austin, Texas, nos Estados Unidos: distanciamento (associativo, de papéis, institucional), o apegar-se (*embrace*) (a papéis, a instituições, a ideologias) e as narrativas fictícias. Essas formas de falar constituem ações e compõem um “trabalho de identidade” (*identity work*), “intervalo de atividades em que os indivíduos se engajam para criar, apresentar e sustentar identidades pessoais que são congruentes e suportam sua autoavaliação” (1987: 1.348). Snow e McAdam (2000) reconstruíram esse conceito para que abarcasse a identidade coletiva; nesse caso, o trabalho da identidade explica como os membros de um movimento vieram a se reconhecer como integrados num coletivo. Nos dois casos, a identidade não é algo que se possui, mas algo que se faz. Os espectadores diante dos ringues onde Superbarrio enfrentava seus adversários, travestidos de políticos, autoridades ou policiais, identificavam-se emocionalmente com o lutador mascarado, que defende bravamente pessoas comuns, que contam lorotas, que emolduram suas vidas com histórias e papéis que nem sempre correspondem à verdade, mas que são honestos e justos e lutam contra o mal encarnado em outros personagens mascarados que simbolizam instituições corruptas e práticas de dominação injustas. As encenações de Superbarrio ajudam os espectadores a identificar as injustiças, a se indignarem e a lutar contra elas. Trazem grande ressonância emocional. Entretanto, o sucesso da Assembleia de Bairros em suas demandas não pode ser explicado apenas por estratégias dramáticas convincentes. São também importantes as associações com outros movimentos sociais, com instituições públicas em nível local ou nacional e com organizações internacionais, ou seja, a aquisição de recursos políticos convencionais, os *lobbies* e negociações.

É ainda pequena a produção brasileira de análise de movimentos sociais empregando a perspectiva interacionista do *frame*. Contudo, a teoria do *frame* é comentada em algumas obras de referência sobre os movimentos sociais no Brasil (Gohn, 2002, 2008; Scherer-Warren, 2005). Gohn considera o *frame* da ação coletiva como incorporação, pela organização do movimento, de “crenças pré-existentes, assim como de novos valores, criados em oposição ao status quo vigente, que emergem no decorrer das lutas dos movimentos” (2002: 70). Scherer-Warren, analisando a ação coletiva na perspectiva das redes, identifica quatro dimensões de sociabilidade na ação de movimentos sociais: reciprocidade, solidariedade, estratégia e cognição. A construção de *frames* seria relacionada sobretudo às dimensões da estratégia e da cognição. A pesquisa de Kelly C. S. Prudêncio (2006) sobre a mídia ativista nos movimentos por justiça global traz uma profícua aplicação da teoria do *frame*, de origem goffmaniana, ao debate sobre o ciberativismo contemporâneo. Prudêncio problematiza a

relação entre sociedade civil, Estado e a mobilização da opinião pública, reconstruindo-a com base na literatura sobre movimentos sociais. O instrumental de reconstrução conduz a análise dos “coletivos em rede”, considerados, a partir de Scheren-Warren, como “conexões em primeira instância comunicacional de vários atores ou organizações através da internet, principalmente, para difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ação conjunta” (2006: 43). A informação produzida e divulgada nesses coletivos em rede é visualizada através dos websites que os atores sociais dispõem na internet e que constituem, digamos, a base empírica da pesquisa realizada.

O jornalismo constitui um *frame* já reconhecido e tipificado na sociedade da informação. A proposição básica da argumentação de Prudêncio é que o jornalismo, como estrutura primária de organização da percepção, é reenquadrado (*re-framed*), por um processo de modulação (*keying*), gerando o jornativismo, um tipo de *frame* ativista, que organiza seletivamente o conteúdo e o dirige a certos públicos. O jornativismo não pode ser considerado propriamente uma comunicação alternativa, pois mantém as mesmas rotinas produtivas do jornalismo tradicional, que se resumem à seleção rigorosa do conteúdo e adequação a uma linguagem padrão, nesse caso a “militante”: “a diferença está na abordagem e no conteúdo e, ainda que haja um espaço mais democrático de participação na produção dessas mensagens, o que o caracteriza é uma postura de contra-informação” (2006: 11). O jornativismo seria produto de um *frame contest* (Ryan, 1981), uma arena de confronto de informações de atores em diversas instituições e posições sociais, em que os contendores são construídos e reconhecidos e também em que se estabelecem as mudanças de significado que integrarão o *frame* resultante. Assim, o *frame contest* torna possível até o reconhecimento positivo do adversário, numa situação em que os conteúdos dos ativistas tornam-se fonte de informação para os *mainstream media*. Assim, o *frame contest* pode ser considerado uma ação reflexiva, em que os atores têm que redefinir a situação em interações com outros, porque a realidade, que fornece o conteúdo a ser selecionado, não se efetiva de forma típica. As infovias propiciam maior empoderamento dos movimentos sociais, pois facilitam a difusão do ponto de vista dos ativistas à esfera pública, ou seja, ao *frame* do jornalismo, que tende a ser simbolicamente reorientado no jornativismo. Mas as próprias redes experimentam disputas de poder e não se tornam completamente autônomas em relação às práticas simbólicas e sociais que contestam.

Os movimentos por justiça global (MJG), recorrendo à terminologia empregada por Prudêncio, tiveram um início simbólico em 1996, quando foi realizado o 1º Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo,

convocado pela internet pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México. Esse tipo de movimento social, organizado em redes transnacionais, é designado por termos diferentes, além do MJG adotado por Prudêncio. Sidney Tarrow, por exemplo, os considera “movimentos sociais transnacionais”, que são grupos sociais pertencentes a pelo menos dois países e engajados em ações de *contentious politics*, “sequências de políticas organizadas em redes, por membros da sociedade civil, com estruturas de ação coletiva que possuem a capacidade de manter desafios contra oponentes poderosos” (Tarrow, 2001). As políticas de contenção dirigem-se a pelo menos um ator governamental que é alvo da ação ou, pelo menos, participa da instituição contra a qual é dirigida a ação coletiva. As campanhas da Avaaz, como a que foi comentada antes, constituiriam bons exemplos desse tipo de estratégia.

Beatriz Carbone desenvolveu, recentemente, uma pesquisa sobre a campanha “Diga não à engenharia genética”, desenvolvida pela organização não-governamental Greenpeace. Respalhada pela teoria do processo político, Carbone considera que a governança global em relação aos transgênicos é parte fundamental da estrutura de oportunidade dos atores não estatais mobilizados em relação aos riscos dos transgênicos. Além das disposições nacionais de cada governo, influem sobre a questão as disposições de diversos acordos internacionais, que possuem um grande impacto sobre a forma como este comércio é gerido cabendo à pesquisa apontar as instâncias com maior impacto sobre a regulação do tema. A autora analisa a estrutura de oportunidades da campanha e identifica a atuação junto à União Europeia como a principal oportunidade política e estratégia sobressalente por parte do Greenpeace. A partir daí recorre à teoria do *frame* do protesto para analisar o repertório contencioso no discurso do Greenpeace e os *frames* empregados na mobilização na campanha. Empregando a técnica de análise de conteúdo com referência em Laurence Bardin (1978), Carbone seleciona 150 notícias no site do Greenpeace concernente à campanha “Diga não aos transgênicos” e identifica três tipos de vocabulários de motivos na mobilização: questões econômico-sociais, questões especificamente concernentes ao meio ambiente e proposições voltadas à saúde humana. Os dois primeiros vocabulários seriam reconhecidos subjetivamente primeiramente por camponeses pequenos produtores, principalmente de Portugal e Espanha, que cultivam orgânicos e procuram, sem sucesso, a concessão de políticas públicas de financiamento. O terceiro vocabulário, não relacionado com demandas anteriores, pelo menos no período investigado, entre 2002 e 2008, é engendrado pela campanha e visa a captação de consumidores de poder aquisitivo e capital

cultural mais alto, preocupados com sua saúde e longevidade, mas também sensíveis aos apelos ecológicos e socioeconômicos.

A campanha “Diga não à engenharia genética” atribuiu à Organização Mundial do Comércio a principal responsabilidade pela comercialização dos transgênicos. O movimento efetua um alinhamento por *bridging* (construção de pontes), atribuindo um caráter pouco democrático à OMC, alinhando também o *frame* por amplificação, ou seja, intensificação dessa característica de carência democrática. Assim, as demandas de agricultores por áreas livres de transgênicos compõem o repertório contencioso do movimento contra os organismos geneticamente modificados na União Europeia e a identificação de um oponente comum, a OMC, permite que problemas urbanos e rurais se alinhem na mesma pauta. Por outro lado, argumenta Carbone, a ênfase nos riscos ao consumir transgênicos e na falta de conhecimento científico sobre as consequências de seu cultivo conseguem cooptar um público consumidor, mas “descrente das instituições em questões sanitárias e inseguro quanto a políticas governamentais de segurança alimentar”, que também poderia afetar as decisões das empresas produtoras de alimentos.

Observações finais

A análise de situações e interações, e de sua relação com o *self* e a ação social, ideia tão cara aos interacionistas, recobra seu valor metodológico na TNMS e na própria organização dos movimentos, de modo reflexivo. A situação social foi, durante muito tempo, uma variável explicativa negligenciada pelas ciências sociais, em comparação a outras como sexo, raça, classe, geração (Cf. Goffman, 2002 [1964]). No entanto, considerar situações atuais em que o reconhecimento positivo do *self* é precário ou inexistente, levar o coletivo a questioná-las, identificar elementos, relações e discursos que precisam ser transformados e redefinir sua orientação para agir e intervir contra essa classe de situações desfavoráveis e injustas, são atividades fundamentais em mobilizações ativistas. *A teoria do frame do protesto possibilita a compreensão dos motivos relacionados à manutenção de uma situação desfavorável e instrumentaliza a construção de estratégias e artifícios necessários à intervenção social, conduzindo o coletivo a redefinir os elementos culturais que figuravam aquela situação como tolerável ou insuperável, a despeito do sofrimento experimentado. O compartilhamento dessa redefinição linguística, prática e cognitiva facilita e aprimora a organização do movimento social, colaborando para o sucesso da intervenção.*

A dificuldade de fundamentar a ação coletiva em nível metateórico tem uma extensão, em nível teórico, ao problema de justificar a identidade coletiva nos movimentos sociais. Embora já se tenha logrado um progresso teórico na consideração da identidade pessoal na tradição interacionista, a passagem do pessoal ao coletivo requer o recurso a outras tradições. Nesse sentido, as considerações de Snow e Benford sobre a transição do *identity work*, o trabalho da identidade que ergue a autoestima abalada, não se coadunam com o alinhamento do *frame*, ou seja, a concordância entre as expectativas, motivações e orientações interpretativas dos potenciais ativistas e os valores e orientações cognitivas e interpretativas que compreendem o *frame* da ação coletiva. No entanto, espera-se que a manutenção de pesquisas empíricas orientadas por essa problemática venha a fornecer elementos para um aprimoramento da compreensão do trânsito entre identidade pessoal e identidade coletiva.

Aguarda-se que as considerações e exemplos de aplicação da perspectiva interacionista justifiquem o enunciado de que a eficácia na organização de um movimento social não depende apenas da natureza do trabalho interpretativo ou dos recursos da organização ou da relevância do conteúdo do *frame* e seus vocabulários de motivos em relação às experiências vividas pelos alvos da mobilização, mas também da recepção do *frame*. Em outras palavras, a ressonância do *frame* da ação coletiva está relacionada com fatores externos à sua produção e que remetem ao perfil social e atitudinal dos prováveis constituintes, além de suas orientações ideológicas. Ainda assim, pode-se considerar que a teoria do *frame* privilegia um tipo de percepção e orientação seletiva do *self* diante de um estoque cultural compartilhado desigualmente graças a distinções de classe ou de posição social. Portanto, torna-se bem vinda a incorporação de elementos da teoria do processo político, como a consideração estratégica da estrutura das oportunidades políticas, aliás conforme se pode verificar em vários exemplos da literatura, inclusive na América Latina ou especificamente no Brasil. A seletividade para acentuar eventos, motivações ou situações e a coordenação desses elementos escolhidos com os tipos de recursos para reivindicação empregados não dependeria apenas do alinhamento do *frame*, mas também de constrangimentos ou incentivos das interações entre os ativistas e os detentores do poder, bem como do contexto histórico social e do regime político.

Referências

- ABDULHADI, Rabab. The Palestinian women's autonomous movement: emergence, dynamics, and challenges. *Gender and Society*, v. 12, n. 6, 1998, pp. 649-73.

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*. São Paulo, n. 76, 2009, pp. 49-86.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Eds.). *Cultures of Politics/ Politics of Cultures: Re-Visioning Latin American Social Movements*. Boulder, CO: Westview, 1998.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Eds.). Introdução. O cultural e o político nos movimentos sociais latinoamericanos. In: _____. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Novas Leituras, Ed. UFMG, 2000, pp. 15-57.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1979.
- BENFORD, Robert D. "You could be the hundredth monkey": collective action frames and vocabularies of motive within the nuclear disarmament movement. *Sociological Quarterly*, v. 34, n. 2, 1993, pp. 195-216.
- BENNETT, Vivienne. The evolution of urban popular movements in Mexico between 1968 and 1988. In: ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia E. *The Making of Social Movements in Latin America*. Boulder, Westview, 1992, pp. 240-259.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 2ed. Lisboa/Petrópolis, Dinalivro/Vozes, 2004.
- BLUMER, Herbert. Collective behavior. In: PARK, Robert (Ed.). *An Outline of the Principles of Sociology*. New York, Barnes and Noble, 1939, pp. 221-280.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism*. Perspective and Method. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1969.
- CADENA-ROA, Jorge. Strategic framing, emotions and Superbarrio – Mexico city's masked crusader. In: JOHNSTON, Hank e NOAKES, John A. (Eds.). *Frames of Protest. Social Movements and the Framing Perspective*. Lauham, Rowman & Littlefield, 2005, pp. 69-86.
- CARLOS, Euzenéia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011, pp.153-166.
- CARBONE, Beatriz Junqueira Lage. *Segurança alimentar e governança para transgênicos: um estudo sobre o ativismo transnacional*. 2006. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2006.
- CERULO, Karen A. Identity Construction: New Issues, New Directions. *Annual Review of Sociology*, n. 23, 1997, p. 385-409.
- COHEN, Jean Louis. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, v. 52, n. 4, 1985, pp. 663-716.
- COHEN, Jean Louis e ARATO, Andrew. Los movimientos sociales y la sociedad civil. In: _____. *Sociedad civil y Teoría Política*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Depois da festa. Movimentos negros e “políticas de identidade” no Brasil. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Eds.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas Leituras*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, pp. 333-380.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- EDELMAN, Marc. Social Movements: Changing Paradigms and Forms of Politics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, 2001, pp. 285-317.
- ESCOBAR, Arturo e ALVAREZ, Sonia E. The making of Social Movements in Latin America. Boulder, Westview, 1992.
- FALS BORDA, Orlando. Social movements and Political Power in Latin America. In: ESCOBAR, Arturo e ALVAREZ, Sonia E. The making of Social Movements in Latin America. Boulder, Westview, 1992, pp. 303-316.
- GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Bianca T. e GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). *Sociolinguística Interacional*. 2ed. São Paulo, Loyola, 2002, pp. 13-20.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis*. New York, Harper, 1974.
- GOHN, Maria da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Loyola, 2002.
- GOHN, Maria da G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action – Reason and the rationalization of society*. Boston, Beacon, 1984 [1981].
- HABERMAS, Jürgen. New social movements. *Telos*, New York, n. 49, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action – Lifeworld and system: a critique of functionalist reason*. Boston, Beacon, 1987 [1985].
- HOCHSCHILD, Arlie Russell e MACHUNG, Anne. *The second shift*. New York, Penguin, 2003 [1989].
- HUNT, Scott A. e BENFORD, Robert D. Collective Identity, Solidarity and Commitment. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A. e KRIESI, Hanspeter (Eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford, Blackwell, 2004, pp. 433-457.
- JOHNSTON, Hank e NOAKES, John A. Frames of protest: a road map to a perspective. In: JOHNSTON, Hank e NOAKES, John A (Eds.). *Frames of protest. Social movements and the Framing Perspective*. Lauham, Rowman & Littlefield, 2005, pp. 1-29.
- LYMAN, Stanford M. e SCOTT, Marvin B. Accounts. In: *A sociology of the absurd*. 2ª ed. Dix Hills, General Hall, 1989 [1968], pp. 112-132.
- MANDELBAUM, Maurice. Societal Laws. *British Journal for the Philosophy of Science*. v. 8, n. 31, 1957, pp. 211-224.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

- MCCARTHY, John D. e ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, 1977, pp. 1212-1241.
- MEAD, George H. *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago, University of Chicago, 1932.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, n. 2, 1981.
- MORRIS, Aldon D. e MUELLER, Carol M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven, Yale University Press, 1992.
- NUNES, Jordão Horta. *O interacionismo simbólico e a dramaturgia: a sociologia de Goffman*. São Paulo/Goiânia, Humanitas/Editora da UFG, 2004.
- PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza. *Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet*. Tese de doutorado em Sociologia Política, UFSC, 2009.
- RYAN, Charlotte. *Prime time activism. Media strategies for grassroots organizing*. Boston, South End Press, 1991.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. e SILVEIRA, R. (orgs.). *Redes, sociedade e território*. Santa Cruz do Sul, EdUnisc, 2005.
- SLATER, David (Ed.). *New Social Movements and the State in Latin America*. Amsterdam, CEDLA, 1985.
- SNOW, David A. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, 1986, pp. 464-481.
- SNOW, David A. Extending and Broadening Blumer's Conceptualization of Symbolic Interactionism. *Symbolic Interaction*, v. 24, n. 3, 2001, pp. 367-377.
- SNOW, David A. e ANDERSON, Leon. Identity Work Among the Homeless: The Verbal Construction and Avowal of Personal Identities. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 6, mai. 1987, pp. 1336-1371.
- SNOW, David A. e BENFORD, Robert D. Master Frames and Cycles of Protest. In: MORRIS, A. D. e MUELLER, C. M. (Eds.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven, Yale University, 1992, pp. 133-155.
- SNOW, David A. e BENFORD, Robert D. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, n. 26, 2000, pp. 611-29.
- SNOW, David A. e BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H. e TARROW, S. (Eds.) *International Social Movement Research*, v. 1. London, JAI Press, 1988.
- SNOW, David. A. Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields. In: SNOW, D. A.; SOULE, S.A. e KRIESI, Hanspeter (Eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford, Blackwell, 2004, pp. 380-411.

- SNOW, David A. e MCADAM, Doug. Identity work processes in the context of social movements: Clarifying the identity/movement nexus. In: STRYKER, S.; OWENS, T. e WHITE, R. W. (Eds.). *Self, identity and social movements*. Minneapolis, University of Minnesota, 2000, pp. 41-67.
- TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. 2ª ed. Cambridge, UK, Cambridge Univ. Press, 1998.
- TAYLOR, V. e WHITTIER, N. E. Collective identity in social movement communities: lesbian feminist mobilization. In: MORRIS, Aldon D. e MUELLER, Carol M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven, Yale University Press, 1992, pp. 104-29.
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records. 1978.
- TOURAINE, Alain. *La voix et le regard*. Paris, Seuil, 1978.
- WEBER. *Economia e Sociedade*. V. 1. Brasília, Editora UnB, 1991.

Recebido em: 06/12/2012

Aceito em: 25/01/2013

Como citar este artigo:

- NUNES, Jordão Horta. *Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais*. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 143-172.